

2

A construção histórica de um objeto: o Ensino de Sociologia na política e na pesquisa educacional brasileira

Neste capítulo, proponho analisar a construção histórica do ensino de Sociologia nas políticas e pesquisas educacionais brasileiras relativas ao ensino básico. Na primeira parte do capítulo, reconstituirei a intermitente trajetória do ensino escolar de Sociologia segundo eventos e processos das políticas educacionais ocorridos desde o final do século XIX. Na segunda, descreverei, quantitativa e qualitativamente, a pesquisa produzida em torno da disciplina, identificando recorrências e lacunas, tendo em vista o problema e os objetivos que sustentam este trabalho.

2.1

De 1882 a 2013: uma retrospectiva do ensino de Sociologia na política educacional brasileira

Esta retrospectiva abrange o período compreendido entre a primeira proposta oficial de inclusão da Sociologia na educação básica brasileira, em 1882, até os dias atuais. Estes cento e trinta e um anos estão divididos em etapas *conforme os espaços na escola básica e os significados* conferidos à Sociologia por atores estatais e acadêmicos durante o período. As etapas são as seguintes:

1. De 1882 a 1925: Primeiros esforços pela institucionalização da Sociologia na educação básica;
2. De 1925 a 1942: Obrigatoriedade da oferta da disciplina nos cursos secundários de então;
3. De 1942 a 1982: Progressiva exclusão da disciplina na educação básica;
4. De 1983 a 2008: Progressivo retorno da Sociologia aos currículos escolares e
5. De 2009 a 2013: Disciplina obrigatória em todas as redes de ensino médio.

A seguir, identificarei as reformas educacionais, os documentos legais e curriculares, federais e estaduais, assim como os projetos de lei e processos de

negociação relativos à disciplina escolar de Sociologia entre 1882 e 2013. Paralelamente, problematizarei possibilidades de compreensão da intermitência da disciplina na educação básica a partir da análise desses eventos e processos.

A primeira etapa da trajetória do ensino de Sociologia na educação básica brasileira inicia-se em 1882 e prossegue até 1925. Trata-se do momento de fundação da Sociologia escolar no país, quando são empreendidos os primeiros esforços em torno da definição de seus sentidos e de sua institucionalização como disciplina, de acordo com o exposto no Quadro nº 1.

Quadro nº 1: Ensino escolar de Sociologia no período entre 1882 e 1925

Ano/Período	Evento/Processo
1882	Projeto de Lei de Rui Barbosa da disciplina “Elementos de Sociologia e direito constitucional” para a escola secundária. Em tramitação no Congresso Nacional até 1883, o projeto não é aprovado.
1890 – 1897	Reforma Benjamin Constant (1890) inclui a disciplina de “Sociologia e Moral” nas escolas do Exército e no segundo semestre do sétimo ano das escolas ginasiais. A disciplina “Sociologia” constava no currículo do curso Normal do Distrito Federal. Contudo, nessas instâncias a disciplina foi raramente ofertada.
1901 – 1925	Reforma Eptácio Pessoa (1901) exclui oficialmente a Sociologia de todos os currículos da educação básica em que era prevista. A Sociologia é ofertada por raros colégios, embora não existam dados sobre número de escolas, professores e alunos envolvidos.

No período destacado, a Sociologia é compreendida como disciplina capaz de conferir *cientificidade* à formação do jovem estudante, em substituição à formação básica em curso na época, baseada em concepções metafísicas de direito natural. Esta preocupação se fez notar no discurso de figuras públicas como Rui Barbosa e Benjamin Constant, como se pode identificar nas palavras de Barbosa:

“o princípio da progressão social, que Comte enunciou, é a determinante de todos os deveres pelo único meio de aferição de que a ciência dispõe: o da relação visível das coisas; o da observação real dos fatos; o da sucessão natural das causas e efeitos. Eis a base da

sociologia; enquanto o direito natural se procura firmar numa natureza, que a história não descobre em época nenhuma (...) Ao direito natural, pois, que é metafísica, antepomos a sociologia. (Barbosa apud Machado, 1987, p. 117)”.

A Reforma Benjamin Constant abre espaços nos currículos escolares à Sociologia, em consonância com o ideário positivista acima explicitado. No entanto, o efeito da medida não foi além do que incluir a disciplina de Sociologia na rede federal de ensino, sem mesmo nesta obter adesão integral. Os obstáculos eram muitos à efetividade dessa política. À época, não havia cursos de formação de professores no país, manuais adequados à escola básica e consenso sobre quais saberes e conhecimentos iriam compor a disciplina. Houve, possivelmente, uma oferta improvisada e escassa da disciplina em alguns centros urbanos, por profissionais não especializados (Machado, 1987, p. 119). Contudo, em meio às mudanças sociais e culturais em curso no país na década de 1920, a Sociologia torna-se disciplina obrigatória e sua oferta é viabilizada em todo o Brasil, como mostra o Quadro nº 2.

Quadro nº 2: Ensino escolar de Sociologia no período entre 1925 e 1942

Ano/Período	Evento/Processo
1925 – 1927	A Reforma Rocha Vaz (1925) determinou o retorno da disciplina à educação básica em todo o país, sob o título de “Sociologia”, no 6º ano do curso secundário. A disciplina, contudo, não seria cobrada nos exames de Vestibular até a Reforma Francisco Campos, de 1931.
1928	A Sociologia passa a integrar os currículos dos cursos normais do Distrito Federal, São Paulo e Pernambuco.
1931 – 1932	Reforma Francisco Campos reitera a presença da Sociologia na educação básica. A disciplina é incluída, em caráter obrigatório, no 2º ano dos cursos complementares, intermediários entre o curso fundamental e a educação superior. A Sociologia também passava a ser cobrada nos processos de ingresso aos institutos de ensino superior.
1933 – 1942	Os primeiros cursos superiores de formação de professores de Sociologia são criados em diferentes estados e no Distrito

	Federal. Manuais didáticos são produzidos e publicados. A disciplina continua obrigatoriamente ofertada em todo o país.
--	---

O período das Reformas Rocha Vaz e Francisco Campos marca um *boom* da Sociologia na educação básica e do campo das Ciências Sociais no país. A década de 1920 foi um período de forte articulação entre o pensamento sociológico e os círculos intelectuais e políticos. Diferentemente do ideário positivista que havia marcado as propostas de Barbosa e Constant, era consensual nestes círculos que a disciplina tinha um papel *cívico*, com o qual se poderia construir uma nação desenvolvida e democrática. Uma vez institucionalizada em todo o país, a disciplina impulsionou a constituição de cursos de formação de professores, as primeiras academias sociológicas do país. Isto contribuiu, por sua vez, ao desenvolvimento do campo da pesquisa social no Brasil, em torno dos eixos da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política. E um mercado de livros didáticos nacionais foi fomentado a partir da existência da disciplina e das academias sociológicas. Este quadro durou até 1942, momento a partir do qual a Sociologia passaria, gradativamente, a ser excluída da escola básica por quarenta anos.

Quadro nº 3: Ensino escolar de Sociologia no período entre 1942 e 1982

Período	Evento/Processo
1942 – 1961	A Reforma Gustavo Capanema (1942) suspende a obrigatoriedade da Sociologia nos cursos secundários, exceto no curso normal.
1962 – 1971	Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961), o Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação publicam nova proposta curricular para o ensino médio (1962), na qual a Sociologia está presente como disciplina optativa, enquanto nela figuram disciplinas como “Organização Social e Política Brasileira” [obrigatória] e “Estudos Sociais” [optativa]. A Sociologia passou a ser raramente oferecida em algumas redes de ensino médio.
1971 – 1982	No âmbito da Lei nº 5.692/71, a nova Lei de Diretrizes e Bases,

	os currículos de 1º e 2º graus foram compostos por uma parte geral e uma parte de caráter especial. A Sociologia seguiu declarada como uma disciplina integrante da parte especial nos currículos de 2º grau. E nos cursos normais, perde o seu caráter obrigatório que tinha por décadas.
--	--

Entre 1942 e 1982, a Sociologia perde o lugar conquistado na educação básica no período anterior. Até 1971, segue como disciplina obrigatória apenas no curso normal. A partir desse ano, é declarada disciplina de oferta optativa pelas redes de ensino secundário, de acordo com a configuração dos currículos escolares de 1º e 2º graus, segundo os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 5º da L. 5.692:

“(…) Art. 5º (...) § 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais; b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial. § 2º A parte de formação especial de currículo: a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau; b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados. § 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores. (Lei nº 5.692/71, grifo meu)”.

A partir do fragmento acima exposto, é possível identificar as ênfases da política educacional de então na educação preparatória para o mercado de trabalho. No 2º grau, são predominantes os conteúdos da parte especial do currículo [§ 1º], parte voltada à educação profissionalizante [§ 2º]. Apenas em caráter de excepcionalidade, essa parte especial poderia abarcar um conjunto de disciplinas não incluídas obrigatoriamente na parte geral do currículo. Como a Sociologia não era uma disciplina obrigatória, acabou por ser incluída no rol das disciplinas que poderiam, *excepcionalmente*, ser oferecidas nas redes de 2º grau. Não obstante, essa oferta foi bastante escassa (Moraes, 2011, p. 365), o que nos autoriza a afirmar a disciplina esteve praticamente excluída da educação escolar no período de vigência do texto original da LDB de 1971. Com isso, foi intensificado o processo de exclusão da disciplina iniciado em 1942.

Cabe ter presente os possíveis fatores da intermitência da disciplina de Sociologia na educação escolar. Neste cenário, são identificáveis algumas tentativas de explicação desse fenômeno. Em uma delas, a Sociologia é entendida como disciplina incompatível com regimes políticos autoritários, uma vez que se trata de um conhecimento crítico e cívico-democrático. Nesta perspectiva, a disciplina é sinônimo de democracia e, portanto, avessa a sistemas educacionais de regimes de exceção. Segundo Amaury Moraes, estas proposições tem caráter “ideológico” (Moraes, 2011, p. 366) e comumente são enunciadas por militantes e associações de sociólogos engajados nos movimentos pela obrigatoriedade da Sociologia na educação básica, ocorridos paralelamente ao processo de redemocratização do país a partir do início dos anos 1980. Todavia, a validade dessas proposições é altamente questionável, uma vez que, como qualquer disciplina, a Sociologia “não é necessariamente incompatível com regimes ditatoriais, como o que tivemos nesse período, havendo mesmo muitos manuais de Sociologia que atendem à natureza desse tipo de regime (Machado, 1987, p. 133)”. A tese dos militantes não se sustenta se a trajetória da disciplina for evocada: por exemplo, a Sociologia foi obrigatória durante regimes autoritários (de 1937 a 1942) e optativa, durante regimes democráticos (de 1945 a 1964 e de 1985 a 2008).

Por sua vez, Moraes (2011, p. 367) argumenta que a intermitência da Sociologia na educação escolar deve-se, sobretudo, à incapacidade dos defensores da disciplina de convencer os gestores da educação de sua importância para a formação dos estudantes. Esta tese é procedente se consideradas as ênfases da política educacional entre 1942 e 1982 e, como mostrarei mais adiante, entre 1983 e 2008. No período, a educação básica foi progressivamente concebida como “preparatória” ao ingresso no nível superior [vide as políticas de liberação do fluxo educacional marcantes entre os anos 1950 e 1970], bem como “preparatória” à inserção no mundo do trabalho, principalmente na vigência do texto original da Lei nº 5.692/71, no § 2º do Art. 5º. Nessa perspectiva, a Sociologia é concebida pelas autoridades educacionais como uma disciplina de formação geral humanista, sendo assim oposta ao núcleo da formação básica que se pretendia desenvolver no país, de cunho profissionalizante. Nas políticas estatais, Organização Social e Política Brasileira e Estudos Sociais foram consideradas disciplinas mais adequadas a essa finalidade. Estas disciplinas

certamente continham conteúdos sociológicos, antropológicos e políticos, mas sua organização pedagógica e orientação ideológica estavam mais próximas das concepções de Estado e educação vigentes do que o desenho da disciplina de Sociologia obrigatoriamente vigente entre 1925 e 1942.

Com efeito, nem mesmo poderia haver frentes de mobilização e negociação pela garantia da disciplina de Sociologia na escola básica, posto que elas foram, por décadas, obstaculizadas pela configuração das academias sociológicas no país. A separação entre as faculdades de Ciências Sociais e Humanas e as faculdades de Educação, ocorrida nos anos 1950, propiciou um distanciamento entre a pesquisa social e os processos/instâncias de formação de professores. O campo acadêmico sociológico, o qual fora constituído a partir da institucionalização da Sociologia no ensino médio, passou, gradativamente, a não se debruçar sobre questões pertinentes à educação básica e ao ensino da Sociologia¹. É verdadeiro que até os anos 1960 a Sociologia da Educação continuava um campo profícuo de pesquisas, mas a partir da década seguinte foram recorrentes declarações negativas de cientistas sociais sobre o ensino de Sociologia e até mesmo sobre a educação como objeto pertinente a seu trabalho (Cunha, 1992). Em 1984, mesmo diante do retorno da Sociologia à rede paulista de ensino, o *V Congresso Nacional dos Sociólogos* declarou-se favorável à criação do bacharelado em todos os cursos de Graduação em Ciências Sociais, em detrimento da licenciatura, a qual deveria ser extinta nos cursos que não efetivassem o bacharelado (Moraes, 2003, p. 10). Em um estado de coisas como este, não surpreende uma mobilização ampla de setores acadêmicos pela negociação da obrigatoriedade da disciplina não tenha sido amplamente viabilizada, tendo ficado restrita a alguns grupos minoritários. Este estado de coisas, no entanto, começaria a mudar a partir de 1983, com a implantação da Sociologia na rede estadual de ensino de 2º grau de São Paulo.

Quadro nº 4: Ensino escolar de Sociologia no período entre 1983 e 2008

Ano/Período	Evento/Processo
1983 – 1996	A Lei 7.044/82 torna optativo o ensino profissionalizante e

¹ Moraes [2003] relata que entre as dezoito teses e as vinte e quatro dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da USP entre 1945 e 1996 que fizeram alguma referência a temas educacionais, nenhuma abordou qualquer questão sobre o ensino de Sociologia na escola básica, nem mesmo todos os trabalhos podem ser compreendidos como obras de sociologia da educação [Moraes, 2003, p. 9].

	<p>confere liberdade aos estados na configuração dos currículos de suas redes de ensino. Entre 1984 e 1994, a Sociologia passa a figurar em currículos escolares das seguintes redes estaduais de ensino: São Paulo (1984); Pará e Distrito Federal (1986); Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (1989); Minas Gerais (1990); Amapá, Espírito Santo e Paraná (1994). A implantação da disciplina é lenta e progressiva nestas redes. Em 1996, o art. 36 da nova Lei de Diretrizes e Bases declara como “fundamentais ao exercício da cidadania” conhecimentos de Sociologia e Filosofia.</p>
1997 – 2001	<p>A Sociologia é cobrada no Vestibular da Universidade Federal de Uberlândia. O Deputado Federal Padre Roque Zimmermann (PT-PR) propõe o Projeto de Lei (PL) nº 3.178/97 visando a obrigatoriedade da <i>disciplina</i> de Sociologia na escola básica. São publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), organizados por áreas e não disciplinas. Em 2001, o PL nº 3.178/97 é vetado pelo Presidente da República, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.</p>
2002 – 2006	<p>A Sociologia passa a ser cobrada no Vestibular da Universidade Estadual de Londrina (2003). Inicia-se em 2004 a elaboração das Orientações Curriculares Nacionais voltadas à Sociologia. Em 2006, o documento é publicado. Em 2005, Amaury Moraes (USP) elabora parecer que questiona a estruturação por áreas vigente nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEM). Com base no parecer, no ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação aprova mudança nas DCNEM, declarando a Sociologia e a Filosofia como disciplinas escolares obrigatórias.</p>
2007 – 2008	<p>Grande parte das Secretarias Estaduais de Educação prosseguiu a implantação da Sociologia no ensino médio, através de Diretrizes Curriculares, materiais didáticos e concursos públicos. Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, porém, interrompem seus processos de implantação, questionando a</p>

	<p>decisão do Conselho Nacional de Educação. Diante de demandas do Sindicato de Sociólogos de São Paulo pela observância da mudança das DCNEM, é assinada a Lei nº 11.684/08, garantindo a alteração do art. 36 da LDB e a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino médio.</p>
--	---

Após a Lei nº 7.044/82, os estados tiveram maior liberdade para configurar suas redes de educação básica. Naquele momento, a Secretaria Paulista de Educação adianta-se no processo de reimplantação da Sociologia escolar, através da Resolução nº 236/83. A Resolução declara como *fundamental* à formação do homem crítico e participante o estudo da Sociologia no 2º grau. Até 1986, Machado estima que a inclusão da disciplina aconteceu em cerca de vinte e nove por cento das escolas estaduais paulistas (Machado, 1987, p. 135). Nos anos seguintes, tal processo estendeu-se a outras redes estaduais de ensino (Moraes, 2011, p. 368).

Em 1989, diferentes entidades da sociedade civil uniram-se em campanha em prol da edição de emenda constitucional estadual que garantisse a inclusão da disciplina de Sociologia no currículo de 2º grau da rede pública fluminense de ensino². Obtida a inclusão da Sociologia no currículo de 2º grau dessa rede de ensino³, no ano seguinte foram abertas 182 (cento e oitenta e duas) vagas para Professor de Sociologia no concurso para o magistério estadual (Oliveira e Jardim, s/d, p. 9). Desde então, a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC/RJ) empreendeu alguns esforços no sentido do provimento e da regulação da oferta da disciplina, como a edição de diretrizes curriculares em 1997, 2005⁴, 2011 e 2012, e a realização de processos seletivos para a contratação de professores licenciados em Ciências Sociais. A progressiva reinserção da Sociologia ocorreu também em

² Em 1989, a Associação dos Sociólogos do Rio de Janeiro (ASPERJ), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Centro de Estudos e Pesquisas da Baixada Fluminense (CEPEBA) uniram-se no movimento pela inserção da disciplina de Sociologia no currículo de 2º grau da rede estadual. A campanha obteve cerca de três mil assinaturas favoráveis à proposta de emenda junto a professores e alunos de Graduação em Ciências Sociais da UFRJ, UFF, UERJ. Em vista desse movimento, o parlamentar Deputado Accácio Caldeira (PDT) propôs a Emenda Aditiva nº 1379, com o objetivo de incluir a disciplina de Sociologia no currículo da rede estadual (Oliveira e Jardim, s/d, p. 10).

³ Conforme o exposto no § 4 do Art. 314, da Constituição Estadual do Rio de Janeiro: “Será introduzida, como disciplina obrigatória, nos currículos de 2º grau, da rede pública e privada, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, a Sociologia (Rio de Janeiro, 1989)”.

⁴ Cf. Silva, 2010, p. 32.

outras redes educacionais básicas fluminenses. Em 1994, a Sociologia foi inserida na grade curricular de 2º grau do Colégio Pedro II. Na mesma época, algumas escolas privadas cariocas incluíram a disciplina em seus desenhos curriculares secundários (Oliveira e Jardim, s/d, p. 10).

Contudo, o processo de reinserção em larga escala da Sociologia na escola básica brasileira enfrentou grandes obstáculos, como os entraves políticos, econômicos e burocráticos postos pelo Estado e o dificultoso processo de afirmação da relevância dessa disciplina escolar por frentes acadêmicas organizadas.

Na esfera estatal, a Sociologia encontrou obstáculos na formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e na manifesta negativa do Poder Executivo em torná-la disciplina obrigatória no ensino médio. Em 1996, o Art. 36 da nova LDB declara a importância de conhecimentos de Sociologia e Filosofia ao exercício da cidadania. Porém, a edição do artigo não garante a existência das duas disciplinas, possibilitando, portanto, uma oferta dos conhecimentos relativos a ambas de modo interdisciplinar. Esta proposta realizou-se de fato nas DCNEM de 1998, concebendo o currículo por áreas e não por disciplinas – a Sociologia foi enquadrada no grupo das Ciências Sociais e Humanas junto com História, Geografia e Filosofia. Compreendendo a necessidade das duas disciplinas para a correta oferta dos conhecimentos sociológicos e filosóficos, em 1997 é proposto o Projeto de Lei nº 3.178/97, pelo parlamentar Padre Roque. Após trâmite de quatro anos no Congresso Nacional e a aprovação por ambas as câmaras, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, veta o projeto sob a seguinte justificativa:

“o projeto de inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio implicará ônus para os estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade de criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas com a agravante de que, segundo informações da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, não há no país formação suficiente de tais profissionais para atender à demanda caso fosse sancionado o projeto, situações que por si só recomendam que seja vetado na sua totalidade por ser contrário ao interesse público (Presidência da República, 2001 apud Moraes, 2011, p. 368)”.

O veto é compreensível no âmbito da política educacional do governo FHC, que priorizava o corte de gastos públicos e a concentração de recursos e políticas no ensino fundamental. Por meio do veto foi, assim, mantida a concepção de Sociologia escolar possibilitada pela LDB e defendida pelas DCNEM. Esta

concepção, no entanto, seria alterada anos mais tarde, no bojo de manifestações acadêmicas organizadas pela obrigatoriedade da disciplina.

Após anos de negociações e disputas os movimentos favoráveis à Sociologia escolar ganharam *mais* adeptos nas academias sociológicas, nos espaços para discussão e socialização de estudos, nas pesquisas sobre a disciplina, e fortaleceu-se a associação em torno de um objetivo comum: a petição ao Estado pelo retorno da Sociologia como disciplina escolar obrigatória. Representantes desse movimento participaram da elaboração das Orientações Curriculares Nacionais (Cf. 3.3), entre 2004 e 2006 (Brasil, 2006), documento curricular estruturado em eixos interdisciplinares e disciplinares e de negociações com o Conselho Nacional de Educação em torno da modificação da concepção interdisciplinar das DCNEM, obtida em 2006 (Cf. Resolução CNE Nº 01/06 na seção de anexos). A mudança não produziu efeitos em todas as redes de ensino médio imediatamente⁵, levando o movimento à solicitação de lei que obrigasse a oferta da Sociologia em todas estas redes. Dois anos mais tarde, a demanda foi aceita e sancionada a Lei 11.684/08 (Cf. seção de anexos).

Através da Resolução nº 01/09, o Conselho Nacional de Educação (CNE) regulamenta a implantação das disciplinas de Sociologia e Filosofia no ensino médio, com exigência de conclusão desse processo até o ano de 2011. Desde então, a Sociologia passa a ser objeto mais *recorrente* da política educacional no país. Diversos concursos tem sido realizados desde então para provimento de vagas de professor nas redes estaduais de ensino. Em 2009, a Sociologia começa a figurar entre as políticas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Dois anos mais tarde, é incluída no *Guia do Livro Didático do PNLD* (Brasil, 2011). Desde 2008, novas Diretrizes Curriculares tem sido elaboradas e revistas pelas Secretarias Estaduais de Educação, em debates com professores/as atuantes na disciplina, como o caso do Rio de Janeiro (Cf. a Seção 4.4.2.2). O cenário atual aponta para a consolidação da disciplina na escola básica brasileira.

⁵ A SEEDUC/RJ editou a Deliberação nº 303/06, cujo Art. 1º exprime concordância com a deliberação representada pela Resolução CNE nº 01/06: “Nos termos dispostos no artigo 36, § 1º, inciso III da LDB e Resolução CNE/CEB nº 04/2006, dispondo sobre inclusão e domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia ao longo e ao término do Ensino Médio, fica estabelecida a vigência, a partir de 1º de janeiro de 2008, para implementação plena daqueles componentes curriculares nos estabelecimentos de ensino vinculados ao Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2007)”.

2.2

Aspectos quantitativos e qualitativos da pesquisa sobre ensino de Sociologia no país

Após longo período de intermitência, a pesquisa sobre o ensino de Sociologia na escola básica está em processo de legitimação no país na última década. Nesta seção, apresentarei descrições quantitativas e qualitativas do desenho atual desse campo, identificando recorrências e lacunas e propondo uma articulação à questão e aos objetivos do presente trabalho.

Inicialmente, o ensino de Sociologia foi objeto da reflexão de renomados cientistas sociais brasileiros nos anos 1940 e 1950. Em 1949, Antônio Cândido defendeu a obrigatoriedade da disciplina na escola básica. Cinco anos mais tarde, em um congresso Florestan Fernandes abordou as possibilidades e limites da Sociologia na educação básica (Moraes, 2003, p. 3). No mesmo congresso, Fernando Azevedo argumentou que a complexidade, o grau insuficiente de sistematização e o risco de deturpação das Ciências Sociais aconselham a manter a disciplina excluída dos currículos escolares secundários (Moraes, 2011, p. 362). Entre os anos 1960 e 1980, discussões, estudos e pesquisas sobre a disciplina foram se tornando cada vez mais escassos entre os cientistas sociais, conforme o exposto na seção 2.1.

É possível correlacionar a intermitência da pesquisa acerca do ensino de Sociologia ao caráter não obrigatório da disciplina entre 1961 e 1982 e à falta de legitimidade da educação como objeto sociológico no país. Em primeiro lugar, a quase ausência da disciplina desestimulava estudos e pesquisas. E, ademais, as temáticas da educação, da escola básica e do ensino continuavam *desvalorizadas* no campo da pesquisa social, bem como a atenção à formação de professores nos cursos de Graduação.

No entanto, a partir do decorrer da última década, determinadas condições possibilitaram a constituição da Sociologia escolar como campo de pesquisa: a crescente oferta da disciplina em diversas redes estaduais de ensino e a conquista de espaços acadêmicos de discussão e socialização de informações e conhecimentos. À medida que a disciplina foi recuperando seu lugar na escola

básica, foram aumentando também os trabalhos (artigos, livros, teses/dissertações) sobre os diversos termos que concernem sua oferta no cotidiano escolar e as instâncias de socialização de estudos e pesquisas sobre a Sociologia escolar. Não obstante, a legitimação do objeto no espaço acadêmico ainda é um *desafio* a ser enfrentado pelos pesquisadores do ensino de Sociologia na escola básica.

Um significativo marco na constituição do campo de pesquisa da Sociologia escolar é representado pela criação, em 2005, do Grupo de Trabalho de Ensino de Sociologia na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Desde então, sucederam-se eventos nacionais, regionais e locais sobre o objeto, com a apresentação de centenas de trabalhos. E possivelmente o mais relevante destes, por sua abrangência nacional e o quantitativo crescente de trabalhos apresentados e temáticas abordadas, é o *Encontro Nacional de Sociologia*, organizado bienalmente desde 2009 pelo Grupo de Trabalho Ensino de Sociologia da SBS. Abaixo, listo alguns desses encontros.

Quadro nº 5: Encontros sobre ensino de Sociologia realizados entre 2007 e 2013

Ano	Encontro/Congresso
2007	1º Seminário Nacional de Ensino de Sociologia da SBS, na Universidade de São Paulo – USP. 1º Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia e Filosofia, organizado pelos sindicatos de Sociólogos e de Professores do estado de São Paulo.
2008	1º Seminário Nacional de Educação e Ciências Sociais da SBS, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. 1º Encontro Estadual sobre o Ensino de Sociologia – ENSOC, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
2009	1º Encontro Nacional de Ensino de Sociologia da SBS – ENESEB, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
2010	2º Encontro Estadual sobre o Ensino de Sociologia – ENSOC, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
2011	2º Encontro Nacional de Ensino de Sociologia da SBS – ENESEB, na Universidade Federal do Paraná – UFPR.
2012	3º Encontro Estadual sobre o Ensino de Sociologia – ENSOC, na

	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
2013	3º Encontro Nacional de Ensino de Sociologia da SBS – ENESEB, na Universidade Federal do Ceará – UFC.

Com efeito, há uma crescente emergência da Sociologia escolar como objeto de estudos e pesquisas em diferentes instâncias. Por exemplo, de acordo com o levantamento coordenado por Ileizi Fiorelli Silva (2010), entre 1942 e 2009 foram desenvolvidos 90 (noventa) trabalhos sobre o ensino de Sociologia, entre artigos em periódicos e capítulos de livros. Segundo a autora, o número de trabalhos produzidos foi sendo elevada gradativamente no período entre 1996 e 2009 (Silva, 2010, p. 26). Com auxílio do Banco de Teses da CAPES⁶, chega-se a outras cifras significativas: 35 (trinta e cinco) dissertações e 2 (duas) teses voltadas à discussão de alguma questão relacionada ao ensino de Sociologia entre 1993 e 2011. Nos anos 1990, 5 (cinco) trabalhos de dissertação trataram do ensino de Sociologia. Na década seguinte, porém, este número aumentou para 26 (vinte e seis) dissertações e 2 (duas) teses.

Opto por fazer uma revisão de uma parcela selecionada do montante de trabalhos em torno da Sociologia escolar nos últimos dez anos, quando a pesquisa sobre este objeto torna-se mais recorrente e diversificada no país. Organizo tal período em duas etapas, tendo como marco divisório a Lei nº 11.684/08: de 2004 a 2008, período até a edição da Lei; e de 2009 a 2013, período no qual a disciplina está sendo oferecida em caráter obrigatório. No levantamento de fontes, procurei compreender se após a garantia legal da disciplina houve um aumento no número de estudos e pesquisas e a diversificação de enfoques temáticos, teóricos, conceituais e metodológicos. Considerarei como fontes, teses, dissertações, artigos publicados em periódicos qualificados pela CAPES e livros (obras completas).

Em consulta ao Banco de Teses da CAPES, foi registrado o número de 26 teses ou dissertações sobre ensino de Sociologia (expressão exata) entre 2004 e 2008, enquanto são identificáveis mais de mil trabalhos sobre Sociologia *ou* ensino. Em um levantamento de artigos através das palavras-chave “Sociologia”, “Ensino”, “Escola”, “Ensino de Sociologia” (expressão exata) e “Disciplina escolar de Sociologia” (expressão exata) no Portal de Periódicos da CAPES,

⁶ Disponível em <www.capes.gov.br>. Acesso em 10 de Setembro de 2012.

considerando o período entre 2004 e 2013, foram encontrados somente sete artigos sobre “Ensino de Sociologia”, ao passo que sobre “Sociologia ou ensino” este número chega a 532 (quinhentos e trinta e dois) e sobre “Sociologia ou escola”, a 701 (setecentos e um). Por certo, o Portal da CAPES não visibiliza todas as revistas avaliadas por essa entidade. De modo que foi necessário ampliar os expedientes de coleta tendo em vista a identificação de um número maior de artigos. Para o qual, mantidas as mesmas palavras-chave, foi utilizado o Portal Google (“Google Acadêmico”), bem como o artifício da procura por mais trabalhos sobre o ensino de Sociologia na escola básica nas referências bibliográficas dos artigos encontrados previamente. Foram obtidos mais vinte e três artigos, considerando o período entre 2004 e 2013, totalizando um quantitativo de trinta artigos. Utilizando os mesmos expedientes de coleta, foram encontrados sete livros dedicados especificamente à Sociologia escolar.

Identificando o ano de publicação dos trabalhos obtidos, foi possível estabelecer o quadro representado pela Tabela nº 1, na qual a quantidade de teses/dissertações, os artigos e os livros publicados nos períodos 2004 a 2008 e 2009 a 2013 estão discriminadas.

Tabela nº 1: Produção sobre Ensino de Sociologia nos últimos dez anos

Período	Teses/Dissertações	Artigos	Livros
2004 – 2008	12	11	3
2009 – 2013	14	19	4
Total	26	30	7

De acordo com a Tabela nº 1, pode-se comprovar que a produção nacional acerca do ensino de Sociologia na escola básica foi ampliada após 2008, ano de edição da lei que prescreve a obrigatoriedade da disciplina. O incremento foi maior quanto aos artigos, com ampliação do quantitativo em aproximadamente 73% após 2008. Os dados apontam a continuidade do processo, iniciado nos anos 1990, de constituição do campo de estudos e pesquisas sobre a Sociologia escolar no país. Apenas entre 2004 e 2013, foram registrados 55 (cinquenta e cinco) trabalhos desenvolvidos, cifra significativa se for considerado o dado obtido por Silva (2010, p. 26) de noventa trabalhos nas mesmas instâncias entre 1940 e 2009.

Se lembrarmos de que centenas de trabalhos foram apresentadas nos Encontros Nacionais de Sociologia na Escola Básica e em outros congressos acadêmicos em torno do objeto, pode-se afirmar que se trata de um campo em expansão e legitimação.

Foi possível agrupar o quantitativo acima informado de cinquenta e seis trabalhos publicados entre 2004 e 2013 em quatro categorias, de acordo com suas questões e objetivos declarados: (1) História do ensino de Sociologia; (2) Formação e profissão docente em Sociologia na educação básica; (3) Currículo; e (4) Revisão de Literatura. Na primeira categoria, reúnem os trabalhos que tratam da gênese, dos sentidos, da trajetória da disciplina na escola básica e dos movimentos por sua obrigatoriedade. Na segunda, o desenvolvimento de processos de formação inicial e continuada em ensino de Sociologia, políticas de apoio à formação e ao exercício da docência e relatos de experiência docente e discente sobre o cotidiano das aulas de Sociologia. Na terceira, as políticas curriculares, o *conhecimento escolar*, as linguagens, materiais e métodos pedagógicos. Na última, a revisão da produção bibliográfica desenvolvida acerca da Sociologia escolar⁷. A partir da categorização proposta obteve-se uma visão panorâmica dos temas e dos problemas que tem perpassado o campo, quais deles tem sido mais enfatizados e menos enfatizados e como isto tem ocorrido.

Em “História do ensino de Sociologia”, estão trabalhos que problematizam o histórico das *instituições*, dos *movimentos* e dos *atores* comprometidos com a constituição e à legitimação da disciplina na escola básica. Quanto às instituições, destacam-se estudos sobre a constituição da disciplina de Sociologia no contexto da escola paranaense (Silva, 2006 e 2007; Santos, 2008), da escola normal pernambucana entre os anos 1920 e 1930 (Meucci, 2007) e do Colégio Pedro II (Guelfi, 2007; Soares, 2009). Destacam-se também iniciativas de elaboração de um mapa nacional dos processos de constituição da disciplina (Alves e Costa, 2006; Carvalho, 2004). Há, por outro lado, estudos que focalizam a construção de movimentos e a participação de atores específicos nos processos de constituição e legitimação da disciplina na educação básica, caso do balanço do histórico da Sociologia escolar e das campanhas de educadores e cientistas sociais por sua

⁷ Insiro o trabalho de Handfas (2010) nesta categoria, por este se tratar de um exercício de revisão das teses e dissertações realizadas no país sobre o ensino de Sociologia na escola básica entre os anos de 1993 e 2010.

obrigatoriedade (Moraes, 2011; Romano, 2009; Souza, 2008) e da análise da atuação do antropólogo Gilberto Freyre à frente da escola normal de Pernambuco entre 1929 e 1930 (Meucci, 2005 e 2006).

Na categoria “Formação e profissão docente em Sociologia na educação básica”, estão agrupados trabalhos que abordem o desenho curricular de *cursos de licenciatura* em Ciências Sociais/Sociologia, incluindo suas articulações com o chão da escola, assim como *relatos de experiência* vivenciada por professores e alunos da escola básica sobre o cotidiano da disciplina. Foi perceptível uma recorrência de estudos empíricos acerca de experiências formativas na docência em Sociologia em diferentes contextos regionais do país: em São Paulo (Costa, 2009; Zan, 2011; Zanardi, 2009); em Minas Gerais, (Carvalho, 2011); no Rio Grande do Sul (Pavei, 2008); no Rio de Janeiro (Oliveira, 2007) e no Ceará (Almeida, 2012). Há também trabalhos que tratam sobre a formação de professores escolares de Sociologia de modo teórico e geral (Handfas e Teixeira, 2007; Moraes, 2007; Pereira, 2007). No que se refere a temas da experiência docente nas escolas, o cenário das produções também é diversificado, contando com registros de realidades de escolas e redes de ensino fluminenses (Caju, 2005; Handfas e Oliveira, 2009; Handfas e Maçaira, 2010); paulistas (Gobbi, 2012; Lopes, Camargo e Costa, 2011; Lennert, 2011); paranaenses (Eras, 2006; Carvalho, 2010; Lourenço, 2008); gaúchas (Mota, 2004); pernambucanas (Ferreira, 2012); cearenses (Cunha, 2009) e amapaenses (Amoras, 2010). Somente um estudo abordou as representações dos estudantes da escola básica: o trabalho de Reses (2004), na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Em “Currículo”, constam trabalhos que versam sobre *política* curricular, *linguagens*, materiais e métodos pedagógicos e *conhecimento escolar*. Há trabalhos que propõem análises de documentos curriculares atualmente em vigor como as DCNEM e os PCNEM (Casão e Quinteiro, 2012); as OCNEM (Gomes, 2007) e as Diretrizes Curriculares estaduais (Santos, 2012). Quanto a linguagens, materiais e métodos, observa-se uma diversidade de enfoques: análises e problematizações sobre as constituições e os usos de livros didáticos da disciplina (Brito, 2010; Coan, 2006; Meucci, 2008; Perucchi, 2009; Sarandy, 2004); sobre o emprego de tecnologias no ensino (Leodoro, 2009), bem como outros recursos (Chagas, 2009; Gobbi e Leite, 2011; Schrinemaekers e Pimenta, 2011). Takagi (2007), por sua vez, realiza uma ampla articulação entre análises dos documentos

curriculares federais voltados à Sociologia escolar, parte dos livros didáticos de Sociologia atualmente no mercado e representações sociais de professores da disciplina sobre essas fontes. Em “conhecimento escolar”, figuram os trabalhos de Oliveira (2010); Mendonça (2011); Stempkowski (2010) e Ferreira (2011). Por se tratarem de trabalhos sobre conhecimento escolar, a seguir vou analisá-los à luz da proposta teórico-conceitual do presente trabalho.

Oliveira (2010) aborda o processo de construção do saber sociológico escolar. A partir da ideia de transposição didática, o autor argumenta que o conhecimento escolar é instância na qual deve ser articulado o “conhecimento teórico com a situação didática em que ele ocorre (2010, p. 115)”, com vistas a possibilitar a construção do pensamento social crítico nos estudantes. Mendonça (2011), por sua vez, considera que a principal função da escola é a mediação entre os estudantes e o conhecimento, possibilitando a produção e a socialização de significados sobre a realidade. Neste particular, a Sociologia pode possibilitar a desnaturalização de fenômenos sociais, condição à democratização da sociedade. A autora observa que essa mesma escola está em crise na atualidade, visto que sua configuração impõe diversos obstáculos materiais e simbólicos ao alcance de seus objetivos sociais. Para Mendonça, a disciplina de Sociologia é um campo onde é possível se enfrentar tais obstáculos, através da recuperação do sentido da disciplina na escola e de seu conhecimento característico.

Nos trabalhos de Oliveira (2010) e Mendonça (2011) é perceptível uma defesa da relevância do conhecimento sociológico na formação básica do educando. Todavia, em nenhum momento das argumentações esse conhecimento foi problematizado e tratado como campo de disputas entre visões de mundo, ancoradas em diversos repertórios e experiências históricas, sociais e culturais. Esta, ao contrário, foi a preocupação de Stempkowski (2010) e Ferreira (2011), entre os quais foi comum o questionamento das racionalidades presentes no processo de constituição do saber sociológico escolar, articulado a abordagens empíricas de representações sociais de professores da disciplina. Porém, nos dois trabalhos foram incipientes as articulações do problema do conhecimento escolar com referenciais teórico-conceituais interculturais contemporâneos, incluindo aqueles que fundamentam a constituição de minha proposta de trabalho.

É no cenário da emergência da Sociologia como disciplina escolar obrigatória e da gradativa recorrência de estudos e pesquisas em torno desse

objeto no país que pretendo estruturar o presente trabalho. Mesmo diante de tal recorrência, considero como ainda *lacunar* o trato da questão da construção do conhecimento sociológico escolar em diálogo com estudos interculturais contemporâneos. Assim sendo, proponho a realização de estudo das representações sociais de professores de Sociologia sobre a questão, sob os referenciais teórico-conceituais interculturais e metodológicos apresentados no terceiro e no quarto capítulo deste trabalho.